
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB**

Abell Louise S. Alves, 23000862

Camila Peretti, 23000548

Leonardo Alves Neto, 23000768

Leonardo Caan de Moura Vanzella, 23000659

Rafael Carlos Occon, 23000560

**MUSEU RURAL: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA SOBRE
A QUALIDADE DE VIDA E VALORIZAÇÃO CULTURAL**

São João da Boa Vista/SP

2023

RESUMO

Palavras-chave: Saúde mental, Psicologia social, Populações rurais, Qualidade de vida, Metodologia observacional.

I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem o intuito de analisar questões de saúde psíquica e física, além de aspectos sócio-históricos que tiveram possível impacto em um indivíduo inserido em ambiente rural durante sua trajetória de vida. Nesse viés, deve-se entender a relevância dos meios de trabalho ao tal sujeito ao empregar-se uma investigação epistemológica de seu conceito, qual assume, consoante Rumin e Guedes,

“centralidade na vida humana por ser responsável pela transformação das potencialidades individuais em ações e objetos com valoração social [uma vez que] os empreendimentos humanos demonstram a disposição para contribuir com a sociedade e, no nível individual, proporcionam a reapropriação narcísica daquilo que foi investido no trabalho [...]” (RUMIN ET AL., 2021).

Dessa forma, tem-se que o trabalho rural está à confluência de fatores externos e internos que interagem diretamente com a psique humana do trabalhador em seus meios de subsistência. Cabe, portanto, ao método de pesquisa observacional decorrer possíveis aplicações que uso desta técnica aos interesses dos investigadores, principalmente se tais objetivos forem correlacionados com o desenvolvimento social dos entrevistados em questão (DESSEN ET AL. 1997).

Nesse viés, compreende que o ambiente rural e urbano estão cada vez mais interligados em uma relação mútua que promove, até mesmo uma relação entre ambos, com suas devidas especificidades que devem ser analisadas em vista de conexões e descontinuidades a partir de uma relação histórica e social dos locais em questão, não excluindo, todavia, suas devidas particularidades (DANTAS ET AL. 2018). Dessa forma, compete ao pesquisador o importante papel do psicólogo em relação às abordagens observacionais utilizadas em campo para compreender e expandir as influências que cada grupo de trabalhadores rurais exerce em sua

comunidade bem como analisar as possíveis causas negativas que transtornos mentais, apresentadas em quadro clínico, representam na vida de determinado sujeito analisado. Por conseguinte, o presente estudo tem como objetivo simplificar esta teoria através da análise observacional de tais indivíduos com a finalidade de construir um senso crítico que visa avaliar a situação dos trabalhadores rurais e suas possíveis mudanças de natureza psicológica a partir de interferências sociais, culturais e históricas, baseando-se em uma linha teórica ética, antropológica, social e comportamental quanto à análise de casos.

II. OBJETIVOS

Abordar temas relacionados à vida no ambiente rural e explorar histórias de pessoas comuns a fim de atribuir a essas histórias um espaço trazendo notoriedade.

- Utilizar a revisão bibliográfica acerca do tema agrícola na maneira como ele interfere na saúde mental dos trabalhadores e familiares, valendo-se de pesquisas antropológicas, éticas, sociais e comportamentais para tal objetivo;
- Entrevistar um indivíduo que vive ou já viveu no campo a fim de nos aprofundar na história da pessoa que possui uma afinidade com o modo de produção agrícola e como é essa relação com a vida cotidiana dela;
- Compartilhar as informações adquiridas através da entrevista de maneira a compartilhar na plataforma DSpace da instituição UNIFEOB.

III. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica e pesquisa qualitativa elaborada a partir de uma coleta de dados e uma análise sócio-histórica sobre as formas de vida no campo. As palavras-chave escolhidas foram: saúde mental, psicologia social, populações rurais, qualidade de vida e metodologia observacional, portanto utilizou-se as bases de dados do Google Acadêmico e SciELO Brasil, com artigos referentes aos últimos vinte e seis anos. Pretende-se também realizar uma entrevista pessoal com um morador rural visando desenvolver os componentes éticos, que ressaltam a importância da análise observacional e sociológica do assunto, compondo, desse modo, a perspectiva da Psicologia em geral.

IV. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o estudo possa contribuir para a análise categórica da representatividade individual, que traga, em suma, a relevância da narrativa histórico-cultural a partir de bases sociais em experiências próprias. Desse modo, pretende-se utilizar do método observacional para formular referências concernentes à pesquisa bem como oferecer a repercussão que uma história de vida de um morador rural em meio acadêmico, objetivando, neste viés, o repertório científico da análise aplicada em entrevista. Isso pode permitir a verificação clara que as representações sociais do meio rural, em dissonância do urbano, são pertinentes para o desenvolvimento da escuta ativa do ponto de vista da Psicologia e seus métodos investigativos.

Ademais, a análise representa um caráter criterioso ao abordar tais temas em uma perspectiva direta através da metodologia, pois subtende-se que, além de sua base teórica, a pesquisa quantitativa possa oferecer o sigilo por parte dos envolvidos e a coleta de dados válidos para a elaboração do senso consciente da representatividade rural em ambiente acadêmico. Isto posto, as informações obtidas prezam pelo indício que o debate crítico pode assumir sobre o panorama geral que os diferentes papéis sociais, simbolizados pelo meio rural, podem assumir à construção de um pensamento coeso, ético e igualitário sobre as histórias de vida dos moradores do campo.

V. REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria crítica da análise em entrevista varia de acordo com os métodos empregados à pesquisa. No entanto, a conduta social exercida sobre determinado entrevistado requer ao pesquisador uma premissa ética e antropológica necessária para o benefício da pesquisa. Dessa forma, cria-se em torno da teoria crítica um olhar social e experimental que não transcorre unicamente a um padrão universal de investigações metodológicas na Psicologia. Nesse contexto, este presente estudo visa elaborar como determinadas posturas e teorias influenciam no caráter transparente que o diálogo com um morador rural tende a apresentar diante das atitudes de um psicólogo e investigador.

Sobre Ética e Antropologia

O objetivo da Antropologia é buscar um entendimento amplo das formas de ser. A antropologia abrange o estudo do ser humano como um fazedor de cultura, ou seja, investiga as culturas humanas no tempo e no espaço, suas origens e desenvolvimento, suas semelhanças e diferenças. Tem seu foco e seu interesse voltado para o conhecimento do comportamento cultural humano. A partir da compreensão das variedades culturais dentro dos contextos em que são produzidos, a Antropologia, como o estudo das culturas, contribui para erradicar preconceitos, fomentar o relativismo cultural e o respeito à diversidade (STRAUSS, 2008)

Por conseguinte, a etnografia é o método próprio de trabalho da Antropologia. O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas, com precisão e profundidade, através da observação detalhada, obtida principalmente através do trabalho de campo (INGOLD, 2008). A partir da observação de fatos e fenômenos, o antropólogo coleta, analisa e interpreta dados e aspectos culturais com o intuito de examinar como se dá a vida social na realidade cotidiana de determinados indivíduos e grupos. O método etnográfico é então um estudo e registro descritivo das características culturais de um determinado grupo social.

No Brasil, a Antropologia se desenvolveu através dos estudos de pesquisadores europeus sobre as sociedades indígenas no território brasileiro. A partir da década de 1960, os antropólogos passaram a se dedicar ao estudo de outros grupos culturais e identitários de nossa sociedade, no âmbito da Antropologia urbana. Depois da fundação dos programas de pós-graduação nas décadas de 60/70, à (nova) Antropologia cabia enfrentar o mesmo desafio colocado na época aos sociólogos: “analisar, compreender e, assim, transformar a sociedade brasileira” (PINTO ET AL, 2012). Tratava-se de um empreendimento social e explicitamente “interessado”, no sentido weberiano, sendo que tal teoria considera as organizações como sistemas burocráticos, os quais constituem o ponto de partida para sociólogos e cientistas políticos no estudo das organizações; logo, o trabalho aborda também a Sociologia compreensiva da ação social e apresenta as características positivas e negativas da burocracia.

Feita a conceitualização antropológica, cabe ao pesquisador unificar as relevâncias teorias com a prática de observação de indivíduos em determinados contextos sociais, sejam rurais ou urbanos. No entanto, toma-se como ponto de partida para essa conduta de investigação antropológica a prevalência das questões

éticas que, alfin, se transformam com imediatez quanto ao resultado do trabalho final. Tem-se, dessa maneira, que as relações éticas são correlacionadas, em primazia a esta pesquisa, por abordar as relações objetivas entre pesquisador e pesquisado, e, em um segundo plano, ressaltar as possíveis discussões metodológicas que são refletidas nas normas do CEP. No entanto, esse debate reverência a importância da discussão do próprio conceito de ética que é apresentado, dentre os demais tópicos da pesquisa, como o norteador e possível responsável por permitir o destaque da relevância que uma abordagem de campo traz ao ambiente acadêmico.

Nesse viés, uma definição pertinente do conceito de ética pelo professor do ECA-SP Clóvis de Barros Filho é feita: “A ética é a arte da convivência e o respeito às chances iguais de felicidade para todos aqueles que interagem” (FILHO, 2018). Ora, compreendendo que a exposição supracitada representa as necessidades de mediar do convívio social e humano visando a maior igualdade entre as diferentes camadas da sociedade, mesmo que determinada conceitualização não seja de total exclusão às demais definições, a Psicologia entra neste escopo de visões reflexivas como ferramenta de prontidão das relações humanas; uma vez que em seu cerne se estabiliza os conceitos de responsabilidade, respeito e dignidade do exercício da Psicologia nos diversos contextos nos quais ocorra sua representação (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005).

No entanto, tal cenário é produto de relações históricas construídas nos últimos vinte anos devido às adaptações normativas da Resolução nº196/96 do Conselho Nacional de Saúde às áreas de estudo da Psicologia no que diz respeito às pesquisas envolvendo seres humanos em uma tentativa crônica de estabelecer controle social das pesquisas científicas (BORGES ET AL, 2013). Em decorrência da análise desse fatos, a Resolução de 1996 prevê, em seu preâmbulo, a revisão dos princípios fundamentais presentes em documentos internacionais, sendo eles o Código de Nuremberg, a Declaração dos Direitos do Homem, a Declaração de Helsinque, o Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos e, por fim, as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (BRASIL, 1996). O debate posterior das adequações necessárias às diretrizes tomaram o ambiente acadêmico por situar pesquisadores em

constantes ocorrências com os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e revistas científicas do País (BORGES ET AL, 2013). No entanto, à via de regra, em tal contraste, as conseqüentes inadequações à Resolução partilharam de uma origem em comum, qual seja referente aos princípios bioéticos apresentados explicitamente (autonomia, não maleficência, beneficência e justiça) como norteadores do postulado subsequente (BRASIL, 1996). Logo, não tardou a comunidade acadêmica assumir a dessemelhança que tais princípios repercutiram dentro da formação das ciências psicológicas, seguindo em disparidade com inúmeros conceitos, entre eles, o de que a Ética pode adotar como aquele aferido acima por Clóvis (2018).

Sendo assim, grande parte das dissonâncias entre a Psicologia e o postulado do Conselho Nacional de Saúde diz-se respeito às releituras burocráticas que os princípios fundamentais repercutiram, ainda mais pela representação que o TCLE exerce diante dos próprios pesquisados que se tornam parte do objeto de estudo. Ocorre pois uma contradição entre o princípio de autonomia de sujeito, quanto este postulado não abrange a integridade do pesquisado quando necessária a sua assinatura ao TCLE para a divulgação da pesquisa em uma revista científica por meio dos CEPs, conquanto, dada a afirmação da resolução, o princípio de autonomia fosse utilizado para percutir a liberdade do sujeito submetido à pesquisa e sua potencial decisão de escolha em aderir às normas presente no termo de consentimento. Isso faz-se em decorrência direta das influências positivistas e neopositivistas que a Resolução nº196/96 esclarece ao considerar o consentimento informado pelo participante no momento pontual de coleta de dados, e não no sentido procedural que a pesquisa assume quando realizada segundo um referencial interpretativo da Psicologia crítica na relação entre pesquisador e participante (BORGES ET AL, 2013).

Os aspectos éticos citados acima são a representação de alguns fatores que o debate acerca do tema assume diante da comunidade acadêmica; em especial, foi-se retratado as principais divergências entre a Resolução nº196/96 do Conselho Nacional de Saúde aos questionamentos primordiais que demarcam a Psicologia e seus conjuntos de métodos próprios de pesquisa. Concomitantemente, objetivando a demarcação dos conceitos norteadores da Ética ao âmbito que esta pesquisa abarca, a síntese necessária para a maior compreensão desses princípios é-se feita

diante da elaboração do método observacional presente na comunicação entre pesquisador e morador rural, como ressaltado no escopo deste texto.

Segundo Scherer e Ekman (1987), “Todo processo de pesquisa é permeado por inúmeras decisões que precisam ser tomadas pelo pesquisador, especialmente em se tratando da metodologia a ser empregada. Quando esta metodologia é observacional, tais decisões se referem a *onde, quem, como, qual comportamento, quais aspectos e por quanto tempo* serão observados” (SCHERER E EKMAN, 1987). Ora, a pesquisa de campo realizada com o intuito de entrevistar um sujeito rural delimita esses pormenores ao já suscitar um ambiente e indivíduo a ser entrevistado, dando uma ressalva maior à flexibilidade que a condução da entrevista por parte do pesquisador realiza ao já considerar os princípios fundamentais de conduta e demais deveres da Resolução CFP nº 10/2005 (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005). Sob outro aspecto, em defesa do método observacional, a conclusão de Dessen e Murta ressaltam o mérito deste tipo de metodologia juntamente com suas particularidades de acordo com o objeto em análise:

“[...] A evolução da psicologia tem motivado a revisão das técnicas observacionais, da postura do pesquisador/observador, dos sistemas observacionais exaustivos em contraposição aos seletivos e das implicações dos efeitos intrusivos do observado, dentre outros aspectos. [...] O recorte de facetas do comportamento individual está sendo substituído pelo recorte das interações. Isto requer o desenvolvimento de sistemas e de técnicas observacionais capazes de apreender, pelo menos, o registro de dimensões de conteúdo e qualidade das interações sociais.” (DESSEN ET AL. 1997).

Por fim, a tese que se discorre sobre o conceito de autonomia por parte do participante é, além do simples agir ético e metodológico, uma questão que pode abarcar a saúde do indivíduo, dado que na esfera rural os trabalhadores estão submetidos às possíveis situações que abrangem sua integridade física e mental. Nesse sentido, por abranger as situações em que uma reflexão ética faz-se necessária, há os apontamentos que Schilling (SCHILLING, 1984) faz sobre as possíveis “concausas” do adoecimento, tomando como ponto reflexivo a justificativa que o trabalho com o qual o esforço mental não é devidamente recompensado ou transformado em atividades produtivas, tende a causar sofrimento psíquico ao

trabalhador (RUMIN ET AL, 2021). A solução, portanto, desse entrave só é possibilitada por meio da escuta ativa por canalizar os pensamentos geradores das concausas e tratá-los, em meio a uma entrevista (de caráter psicanalítico ou não), de suas extensões à vida social e intelectual. Ao psicólogo/pesquisador caberia a virtude de investigar ativamente tais desdobramentos que as atitudes e pensamentos individuais atingem à esfera psicológica do sujeito entrevistado, utilizando-se de uma postura ética que priorize o diálogo interpessoal acima das antigas exigências burocráticas que possam comprometer os princípios básicos formadores da conduta do psicólogo, frisando, de certo, a responsabilidade diante do método empregado, sendo este, em princípio, observacional ou não.

Visão da Análise do Comportamento

No entanto, desde 2016, ao passo de crescentes crises econômicas, sociais e ético-políticas que perpassam a sociedade, observa-se uma intensificação do uso de terra como veículo de exploração e enriquecimento de uma elite tanto brasileira quanto transnacional, que conseqüentemente rebate no aumento da violência, no agravamento dos conflitos ambientais e no aumento de mortes no campo, os quais interferem na qualidade de vida em relação a saúde da população rural, em particular a saúde mental (NETO; DIMENSTEIN, 2021).

O paradigma produtivista preponderante - ou convencional - se caracteriza pelo uso de padrões tecnológicos de alto consumo, bem como maquinário e a inserção de químicos no processo produtivo. Diante da ausência de políticas agrárias eficientes, o modelo convencional tem gerado a exclusão de grandes setores da população agrícola, principalmente aqueles formados por agricultores familiares, além dos graves danos de deterioração ambiental, com reflexos negativos à saúde e ao equilíbrio dos ecossistemas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Sob uma análise teórica, é passível de observação como o método de produção convencional causa mudanças na qualidade de vida se compararmos estes com produtores que utilizam métodos agroecológicos. Além de uma necessidade sustentável, permeia-se também a necessidade, subjetiva, de bem estar. Para Guanzioli (2001), a presença da agricultura familiar nos países em geral desempenha um papel primordial na estruturação de sociedades mais democráticas e de economias dinâmicas.

Segundo Dessen (1997), em retomada à metodologia observacional já supracitada por Scherer e Ekman, as percepções do ser humano são altamente determinadas por suas estruturas cognitivas. Assim, duas pessoas ao observarem um mesmo evento tendem a vê-lo de forma distinta e a registrar diferentes momentos dele. Isto gera problemas para a objetividade de dados de pesquisa, por exemplo; no entanto, para explicar um processo representacional não basta ter conhecimento sobre o mecanismo representacional envolvido, é necessário também conhecer o contexto e o seguimento da realidade a ser representado que, no caso, é constituída pela vida no campo. Ademais, adotando a visão do behaviorismo radical, entende-se que o homem não é um ser independente do ambiente, não existe por si só, ele faz parte do mundo se relacionando de maneira física e social. Portanto, a abordagem psicológica da Análise Comportamental pode ser empregada para compreender como os agricultores familiares realizam escolhas relacionadas à utilização de recursos naturais, como água e solo. Mediante a análise do comportamento, torna-se viável identificar padrões de conduta que impactam a administração sustentável desses recursos (NETO; DIMENSTEIN, 2021).

Sob o viés da Psicologia Social

Outrossim, retratando-se previamente a suma ética e antropológica juntamente com a teoria comportamental, é de suma importância destacar à esta pesquisa o impacto significativo que a diversidade cultural, o contexto histórico-social e as diversas crenças (que constituem o ambiente proposto), remete na ação, análise e filtragem de informações, e, conseqüente a isso, à abordagem em si.

Ao analisar ou intervir em diferentes contextos e ambientes, é necessário que haja uma reflexão rigorosa sobre como a teoria há de ser aplicada diante deles, visto que, os modos de vida somados com a constituição daquele local implicam direta e indiretamente em como suas necessidades devem ser atendidas. Em uma pesquisa realizada em contextos rurais Martín-Baró (1996, *apud* Dantas ET AL, 2018) cita em seu texto:

"[...] Constatamos que, embora os assentamentos rurais pesquisados sejam perpassados pela mesma lógica institucional em sua constituição e organização, cada assentamento tem uma dinâmica própria, revelando uma heterogeneidade de histórias, de modos de vida e características culturais

singulares. Nesse sentido, reconhecemos que intervir em assentamentos exige compreensão da realidade social de forma ampla. Assim, testificamos que, diante desses contextos de precariedade, é necessário operar um saber que potencialize processos de autonomia, tomada de consciência de direitos e liberdade." (p.9)

Isso posto, reforça-se que a atuação referente a teoria e a prática são realidades completamente distintas, fortificando a necessidade de um olhar holístico e adaptabilidade ao fazer intervenções de cunho social. Ademais, nessa mesma pesquisa, é discorrido sobre “a barreira linguística” durante algumas entrevistas, sendo essa, uma das temáticas do trabalho psicossocial vinculado a demanda e a realidade dos participantes. Ao atentar-se a esses fatos, o papel diante do outro não se resume no simples ato de coletar informações, mas potencializar a participação e promover a reflexão sobre determinados temas, relacionando-os ao contexto de vida dos entrevistados e incentivando a ressignificação desses (DANTAS ET AL, 2018). Diante de toda a temática que perpassa este trabalho, faz-se necessário parafrasear Neto (2018, p. 10) que ressalta:

“Dessa forma, o cuidado psicossocial em saúde mental possui algumas características: é produzido no território, é sustentado por tecnologias de cuidado singulares, contextualizadas, culturalmente sensíveis e eticamente comprometidas com a vida das populações rurais. Nesse sentido, tem forte potencial de contribuir no enfrentamento das iniquidades em saúde, das vulnerabilidades sociais e ambientais historicamente vivenciadas no campo.”

Portanto, a utilização do conhecimento científico em conjunto do contato com a diversidade de realidades sociais e a constante pesquisa e aprimoramento destes, se torna base sólida para o desenvolvimento de competências como a escuta ativa e relacionamento interpessoal enquanto graduandos de psicologia e profissionais da área da saúde e bem-estar, fazendo-se possível permitir uma análise mais cuidadosa e criteriosa no desenvolvimento de projetos e no manejo de técnicas embasadas corretamente de acordo com as demandas do ambiente.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, seguindo-se as apurações gerais levantadas no referencial teórico juntamente com a proposta de entrevista que visou, sob última análise, esclarecer os preceitos básicos da atividade do psicólogo em atividade formal com moradores de zona rural, constatou-se a necessidade da postura crítica requisitada por parte de pesquisadores sob o viés da ética, antropologia, psicologia social e análise comportamental para com os modelos incidentes aferidos na pesquisa de campo, ao objetivarem, em suma, a responsabilidade do psicólogo em formação de exercer sua profissão mesmo em comunidades não urbanas.

Sendo assim, a ampliação do horizonte acadêmico pela exposição responsiva de uma entrevista envolvendo pessoas da zona rural formaliza tanto os aspectos dos saberes fundamentais da Psicologia, quanto a própria visibilidade dos sujeitos representados na pesquisa, que são, ulteriormente, requisitados como modelo de conscientização ao apresentarem a obrigação por parte dos profissionais às comunidades mais sensíveis e minoritárias.

VII. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de. **Psicologia social e formas de vida rural no Brasil**. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2002, v. 18, n. 1, pp. 37-42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100005>. Acesso em: 15/10/2023

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. **Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de outubro de 1996. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html#:~:t_ext=A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20fundamenta%2Dse.%2C%201983%20e%201989\)%2C%20o](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html#:~:t_ext=A%20presente%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20fundamenta%2Dse.%2C%201983%20e%201989)%2C%20o). Acesso em: 15/10/2023

BORGES, Livia de Oliveira; BARROS, Sabrina Cavalcanti; LEITE, Clara Pires do Rêgo Lobão Amorim. **Ética na Pesquisa em Psicologia**: Princípios, Aplicações e Contradições Normativas. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2013, 33 (1), 146-161. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gMzNz8n8Ch4hjNYC68DgPHc/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 15/10/2023

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília: Resolução n.º 10/05, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

Acesso em: 15/10/2023

DANTAS, Candida Maria Bezerra *et al.* **A Pesquisa em Contextos Rurais: Desafios Éticos e Metodológicos para a Psicologia**. 30. ed. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil; Universidade Federal do Piauí, Parnaíba/PI: Psicologia & Sociedade, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477>. Acesso em: 27/08/2023.

DESSEN, Maria Auxiliadora, MURTA, Sheila Giardini; **A metodologia observacional na pesquisa em psicologia: uma visão crítica**; Cadernos de Psicologia, v.3, n.1, 1997. Disponível em: <https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/15>. Acesso em: 23/08/2023.

ESPÍRITO SANTOS, Monick Midlej do. CHAVES, Geise Souza. **O BEM-ESTAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS E CONVENCIONAIS**. Reflexões econômicas, v. 5, n. 1 [acessado em 23 agosto 2023] pp. 1-18, 12, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/reflexoeseconomicas/article/view/2333>. Acesso em: 15/10/2023

FILHO, Clóvis de Barros. **A Ética é a Arte da Convivência | Clóvis de Barros Filho | TEDxSaoPaulo**. YouTube, 03 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JLIXd6db-4>. Acesso em: 15/10/2023

INGOLD, Tim. **Anthropology is Not Ethnography**. Proceedings of the British Academy, v 154, p 69–92, 2008. Disponível em: <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/2051/pba154p069.pdf>. Acesso em: 15/10/2023

NETO, Mauricio Cirilo. **Desafios para o cuidado em saúde mental em contextos rurais**. Revista Interinstitucional de Psicologia, [S. l.], p. 1-26, 30 maio de 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15627>. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v14n1/05.pdf>. Acesso em: 15/10/2023

PINTO, Luís A. Costa; CARNEIRO, Edson. **AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**. Antonio Brasil Jr. Sociologia & Antropologia, v.02.03,p. 269 – 278, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/g6msdqDq98WgfdqJdnNpDKF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15/10/2023

PINTO, Lélia Lessa. **Nível de atividade física habitual e transtornos mentais comuns entre idosos residentes em áreas rurais**. Artigos Originais, [S. l.], p. 1-10, 12 ago. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13204>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/KddGdfjsWDW7yf94jJbRs6C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/10/2023.

RUMIN, Cassiano Ricardo, GUEDES, Janini, SCHMIDT, Maria Luiza Gava. **Saúde Mental e Trabalho: a Reabilitação Profissional e as Contribuições da Psicologia**; Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hWkC6RR5L3sM3BW4YTsg7Fg/?lang=pt>. Acesso em: 15/10/2023.

SCHERER, Klaus R.; EKMAN, Paul. **Methodological issues in studying non verbal behavior**. Em J. D. Osofsky (Org.), Handbook of Infant Development. New York: John Wiley & Sons, Cap. 1, 1982, p. 44-135. Disponível em: <https://www.paulekman.com/wp-content/uploads/2013/07/Methodologica-Issues-In-Studying-Nonverbal-Behavior.pdf>. Acesso em: 15/10/2023.

SCHILLING, R. S. F.. **More effective prevention in occupational health practice?** Journal of the Society of Occupational Medicine, 34(3), 71-79, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/occmed/34.3.71>. Acesso em: 15/10/2023.

STRAUSS, Claude Lévi-. **Antropologia estrutural**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008.